

TECER TEMPO, TECER COMUNIDADE: REFLEXÕES SOBRE OS BANCOS DO TEMPO

Ana Gama

Escola Superior de Educação, Ci&DEI, Instituto Politécnico de Lisboa,
Portugal

RESUMO

A Economia Social e Solidária são dois campos diferentes, ainda que a sua ação ocorra no mesmo terreno. A primeira surgiu no século XIX no sentido de ser uma crítica à Economia Política e a segunda emergiu no último quartel do século XX como crítica ao sistema capitalista e à Economia Social. Os Bancos do Tempo (BdT) são considerados por muitos autores como uma iniciativa da Economia Solidária, porém existem algumas experiências que se aproximam mais dos princípios da Economia Social. Os BdT são uma iniciativa no âmbito das moedas sociais, sendo o Tempo o valor de troca, que visa criar um sistema alternativo ao sistema capitalista e pretende atender a necessidades sociais específicas e melhorar o bem-estar das pessoas (Valor & Papaoikonomou, 2016). No caso de Portugal, foi no ano de 2002, que o Graal trouxe esta iniciativa para o nosso país. Esta associação, que pertence ao movimento internacional de mulheres cristãs, tem o papel de Banco Central. Atualmente existem 23 agências em funcionamento espalhadas por várias regiões do país. Tendo como ponto de partida os BdT, neste trabalho pretende-se realizar uma breve contextualização sobre esta iniciativa em vários países e depois analisar o BdT em Portugal. Assumindo um carácter exploratório, a técnica utilizada para a recolha dos dados foi a análise documental. Para a caracterização dos BdT foi analisado um conjunto de documentos produzidos pelo Graal. Também foram consultados o site do Graal e o do BdT. Para a recolha da investigação produzida sobre esta iniciativa foi realizada uma pesquisa em vários repositórios.

Os resultados evidenciam que: em Portugal, tal como aconteceu em Espanha e Itália, o BdT emergiu de um movimento feminista; embora em alguns países (p.e. Estados Unidos e Reino Unido) o BdT seja considerado como uma ferramenta de inclusão social, em Portugal, a sua criação centra-se na construção de redes de apoio e de cooperação com as várias entidades do território; existem países que o BdT está vinculado aos idosos (p.e. Japão e Estados Unidos), mas no caso de Portugal os BdT promovem relações intergeracionais (minibancos nas escolas e projetos que integram pessoas mais velhas e mais novas).

PALAVRAS-CHAVE: Economia Social, Economia Solidária, Banco do Tempo, moeda social

RESUMEN

La Economía Social y la Economía Solidaria son dos campos diferentes, aunque su acción se desarrolle en el mismo terreno. La primera surgió en el siglo XIX como crítica a la Economía Política y la segunda surgió en el último cuarto del siglo XX como crítica al sistema capitalista y a la Economía Social. Muchos autores consideran los Bancos del Tiempo (BdT) como una iniciativa de la Economía Solidaria, pero hay algunas experiencias que se acercan más a los principios de la Economía Social. Son una iniciativa en el marco de las monedas sociales, con el tiempo como valor de cambio, que pretende crear un sistema alternativo al sistema capitalista y tiene como objetivo satisfacer necesidades sociales específicas y mejorar el bienestar de las personas (Valor & Papaoikonomou, 2016). En el caso de Portugal, fue en 2002 cuando el Graal trajo esta iniciativa a nuestro país. Esta asociación, que pertenece al movimiento internacional de mujeres cristianas, tiene el papel de Banco Central. Actualmente hay 23 sucursales en funcionamiento en diversas regiones del país.

Tomando como punto de partida el BdT, este artículo pretende ofrecer una breve contextualización de esta iniciativa en diversos países y, a continuación, analizar el BdT en Portugal. La técnica utilizada para recoger los datos fue el análisis documental. Se analizó un conjunto de documentos producidos por el Graal para caracterizar la BdT. También se consultaron el sitio web del Graal y el

sitio web de la BdT. Para recoger las investigaciones producidas sobre esta iniciativa, se realizó una búsqueda en diversos repositorios.

Los resultados muestran que: en Portugal, al igual que en España e Italia, el BdT surgió de un movimiento feminista; aunque en algunos países (por ejemplo, Estados Unidos y Reino Unido) el BdT se considera una herramienta de inclusión social, en Portugal su creación se centra en la construcción de redes de apoyo y cooperación con las distintas entidades de la zona; hay países en los que el BdT está vinculado a las personas mayores (por ejemplo, Japón y Estados Unidos), pero en el caso de Portugal, el BdT promueve las relaciones intergeneracionales (minibancos en las escuelas y proyectos que integran a personas mayores y jóvenes).

PALABRAS CLAVE: Economía Social, Economía Solidaria, Banco del Tiempo, moneda social

INTRODUÇÃO

A Economia Social e Solidária são dois campos diferentes, embora atuem frequentemente nos mesmos territórios de intervenção. A primeira surgiu no século XIX no sentido de ser uma crítica à Economia Política e às desigualdades provocadas pela industrialização. Já a segunda emergiu no último quartel do século XX, também em oposição ao sistema capitalista e à Economia Social.

Os BdT são considerados por muitos autores como uma iniciativa da Economia Solidária, no entanto quando se analisa cada uma das experiências desenvolvidas em cada país/região nem sempre se enquadram nos princípios desta economia, aproximando-se, muitas vezes da Economia Social. Os BdT é uma iniciativa no âmbito das moedas sociais, utilizando o tempo como unidade de troca, e visam criar um sistema alternativo ao sistema capitalista. Nesse sentido, o BdT é considerado como uma iniciativa de inovação social porque atende a necessidades sociais específicas e pretende melhorar o bem-estar das pessoas (Valor & Papaoikonomou, 2016).

Embora as suas raízes remontem ao século XIX, é a partir da década de 1980 que se observa uma expansão significativa desta iniciativa a nível global. Esta expansão deve-se, em parte, às experiências criadas nos Estados Unidos por Edgar Cahn, os *Time Dollar*, ainda que experiências

análogas já estivessem em curso no Japão desde os anos 70. Atualmente, os BdT estão presentes em vários países europeus, como o Reino Unido, França, Itália, Espanha, Áustria, Portugal, entre outros. Em Portugal, a implementação dos BdT teve início em 2002, impulsionado pelo Graal – uma associação pertencente ao movimento internacional de mulheres cristãs – que assumiu o papel de Banco Central da rede nacional. Atualmente existem 23 agências em funcionamento distribuídas por várias regiões do país.

Este artigo encontra-se estruturado em quatro pontos. No primeiro ponto, analisa-se a Economia Social e a Economia Solidária, destacando as suas diferenças e intersecções. No segundo ponto, aborda-se o conceito de moedas sociais, com ênfase nos BdT. É no terceiro ponto que se apresentam alguns estudos internacionais realizados sobre os BdT, procurando-se evidenciar a diversidade de contextos, as finalidades e as formas de implementação. Por fim, no quarto ponto, realiza-se uma breve caracterização da experiência do BdT em Portugal e apresentam-se alguns resultados de investigações realizadas sobre esta iniciativa.

1. Economia Social e Economia Solidária: dois campos, um só terreno

Os conceitos de Economia Social e a Economia Solidária são, muitas vezes, utilizados como sinónimos. Apesar de existirem intersecções entre ambos, cada um constitui um campo autónomo, com validação científica e reconhecimento político-institucional próprios. Para compreender as suas diferenças e similitudes, torna-se importante realizar uma breve caracterização de cada um.

As primeiras iniciativas da Economia Social emergiram na Europa, na primeira metade do século XIX, com a criação das sociedades de socorro mútuo, em que a sua intervenção assentava no mutualismo (ajuda mútua), na cooperação e no associativismo (Amaro, 2010; Estivill, 2010; Filho,

2002; Garrido e Pereira, 2008; Laville, 2018; Namorado, 2017)^{1 2}. Nascida “da confluência entre propósitos de moralização do corpo social e de transformação progressista do sistema capitalista” (Garrido & Pereira, 2018, p.23), a Economia Social assumiu uma visão muito crítica em relação à Economia Política. Foi nesta linha que as iniciativas criadas davam resposta às necessidades sociais provocadas pela industrialização (condições laborais, evolução da família e condições de habitabilidade nas cidades) e assumiam-se como alternativas ao sistema capitalista. Apesar do contexto socioeconómico português se encontrar numa fase diferente dos países centrais, o aparecimento de iniciativas no âmbito da Economia Social também ocorreu no século XIX (Estivill, 2017).

Desde essa altura até hoje, a Economia Social tem realizado o seu percurso, com períodos marcados por avanços e recuos, quer nas práticas e ideias quer no debate teórico e académico. No que diz respeito às práticas, ao longo do século XX as iniciativas da Economia Social tornaram-se altamente institucionalizadas e a sua ação estava sustentada na sua relação de cooperação com o Estado, sendo considerada um “apêndice” (Filho, 2002, p. 13) ou complementar à intervenção do Estado (Garrido & Pereira, 2018). No que diz ao campo académico começamos por fazer este percurso a partir da sua definição. A partir do Dicionário Internacional da Outra Economia, a Economia Social remete para “àquelas atividades económicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia económica associada à utilidade social.”, agregando-se “o conceito de solidariedade e,

¹ Manuel Caeiro (2008) aponta a publicação do tratado da economia social por Charles Dunoyer, no ano de 1830, em Paris, como o marco para o surgimento do conceito. Este tratado originou a criação de um curso na Universidade de Lovaina com a designação de economia social e, posteriormente, contribuiu para o aparecimento de um conjunto de escolas teóricas (escola socialista – Marcel Mauss, Benoit Malon, Frédéric Le Play; escola liberal – Charles Dunoyer, Frédéric Passy, Leon Walras e Jonhn Stuart Mill; escola solidária – Auguste Ott e Charles Gide) que demonstraram o pluralismo político e cultural do desenvolvimento da economia social (para saber mais ver Caeiro, 2008, p. 62).

² Jacques Defourny (2009) defende que os primórdios da ES remetem para formas mais antigas de associação (grupos profissionais, religiosos ou artísticos, ou sistemas de ajuda mútua) identificadas em diferentes momentos e regiões, nomeadamente: no Egito dos faraós, na Antiguidade greco-latina, na Europa da Idade Média, na China Imperial ou na América pré-Colombiana.

concretamente, a hibridação de recursos mercantis, não-mercantis e não monetários” (Defourny, 2009, p.156). Embora esta definição dê uma perspetiva muito sumária do conceito, foca que as experiências económicas desenvolvidas neste campo não estão centradas no sistema capitalista, mas nas pessoas, assumindo estas o papel central em todo o processo, e são sustentadas em relações de solidariedade. Uma outra definição do conceito é-nos apresentada por Rui Namorado (2017) como um espaço socioeconómico constituído por

“um conjunto de organizações, mas que também abrange um leque de práticas que o integram apenas em função da sua própria natureza, umas e outras caracterizadas, quer por não fazerem parte do Estado nem serem protagonizada por ele, quer por não serem guiadas, nem dominadas, nem impregnadas pela lógica capitalista do lucro” (pp. 1-2).

Esta definição introduz duas ideias que se conjugam. Uma está focada na necessidade de se identificar o conjunto de organizações que são consideradas no âmbito da Economia Social, que abrange as cooperativas, as mutualidades, as organizações associativas e as fundações (Defourny, 2009), bem como iniciativas de natureza comunitária e autogestionárias (Namorado, 2017). A segunda ideia assenta no princípio de que estas organizações e iniciativas são autónomas em relação ao Estado e ao mercado capitalista, ainda que admitam a existência de excedentes.

De um modo geral, as organizações e as outras iniciativas da Economia Social são respostas da economia social muito diferenciadas, no entanto podem ser agrupadas em duas grandes categorias, nomeadamente: as respostas de solidariedade democrática e as respostas de solidariedade filantrópica. As primeiras são iniciativas em que existe a ajuda mútua e a relação entre as pessoas é igualitária, integrando, por exemplo, as cooperativas e associações mútuas. As segundas iniciativas decorrem essencialmente de razões de natureza religiosa ou do associativismo maçónico. Apesar das diferenças, ambas sustentam-se num conjunto comum de princípios: i) a prioridade é sobre o interesse mútuo ou geral em detrimento do interesse particular; ii) o lucro não é a sua prioridade, mas pode e deve ter excedentes da sua ação; iii) existe o primado da pessoa sobre o capital; iv) gestão democrática “uma pessoa, um voto”; v) autonomia face ao Estado; e vi) livre adesão.

Apesar de estas respostas se pautarem por serem autónomas em relação ao Estado, a Economia Social tem se tornado “altamente institucionalizada”, tendo um papel complementar ao Estado Social, mostrando-se “cada vez mais disponível para conviver e se adaptar aos sistemas económico e capitalista” (Hespanha, 2018, p.12). Esta situação levou a que muitas iniciativas, mais tradicionais ou emergentes, não se enquadrassem na Economia Social.

É a partir dos anos 80 que começa a emergir o conceito de Economia Solidária como crítica à Economia Social, tendo “nascido” em três lugares distintos: Brasil, França e Açores. À Economia Solidária começam a estar associados temas e práticas muito diversificados, como empresas de inserção e criação de emprego pelos próprios desempregados, novas modalidades de financiamento alternativo, clubes de trocas e outros sistemas de trocas solidárias, entre outros¹. Contudo, como defende Roque Amaro (2010), não são as designações utilizadas nas atividades que as categorizam como iniciativas da Economia Solidária, mas o que visam as mesmas:

“actividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (em vários sentidos, como se verá, o que implica uma perspetiva sistémica e não meramente social) ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (Amaro, 2010, p.15).

A partir desta definição é possível identificar algumas características das iniciativas desta economia, nomeadamente: são atividades económicas sustentadas em práticas de solidariedade e não no lucro; as práticas de solidariedade englobam vários domínios para além do social, sustentando-se numa perspetiva sistémica; a solidariedade sustenta-se na cooperação.

Para além desta definição mais geral, Roque Amaro (2010) apresenta-nos três versões de Economia Solidária - *versão francófona*, *versão iberoamericana* e *versão da Macaronésia*, tendo estas definições emergido a partir das práticas desenvolvidas em cada um dos “lugares”. A Tabela 1 sintetiza as principais características de cada uma dessas versões.

¹ Para saber mais sobre consultar Rogério Roque Amaro (2010, p. 14).

Tabela 1

As versões de Economia Solidária

Versão/ localização	Definição	Enfoque principal
<i>Versão francófona/ França</i>	“o conjunto das actividades económicas sujeitas à vontade de uma acção democrática em que as relações sociais de solidariedade têm o primado em relação ao interesse individual e ao lucro material; contribui assim para a democratização da economia, a partir de envolvimento de cidadania” (Ême et Laville, 2006 citados por Amaro, 2010, p.16)	Dimensão económica e política
<i>Versão Iberoamericana/ Vários países</i>	«ideia de solidariedade por oposição ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento económico dominante nas sociedades capitalistas», distinguindo-se as suas organizações (os produtores, consumidores, aforradores, etc.) por duas especificidades: «A promoção de uma solidariedade entre os diferentes actores, pela prática da auto-gestão»; «A prática de uma solidariedade com os trabalhadores em geral e em particular com os mais desfavorecidos” (Singer, 2006, citado por Amaro, 2010, p.17)	Princípios de autogestão e solidariedade

<i>Versão da Macaronésia/</i> Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde	“A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspectivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz.” (Amaro, 2010, p. 22)	Relação conjugada de oito pilares - económico, social cultural, ambiental, territorial, gestão, conhecimento e político
---	---	---

Fonte: dados retirados de Amaro (2010).

A análise desta sistematização permite evidenciar que a *versão francófona* de Economia Solidária apenas integra atividades económicas. Porém, define que estas atividades devem obedecer a um conjunto de características: ação democrática e sustentadas em relações sociais de solidariedade, sobrepondo-se a qualquer comportamento de mercado. Nesta definição está patente uma dimensão económica e política. No que diz respeito à *versão Iberoamericana*, o foco não são as atividades, mas a ideia de solidariedade presente em todas as iniciativas e entre os vários atores. Estas práticas de solidariedade devem ser desenvolvidas, não só com os trabalhadores em geral, mas também com os mais desfavorecidos, e sustentadas em práticas de autogestão.

Por fim, na *versão da Macaronésia*, a definição de Economia Solidária é muito mais holística e integradora, uma vez que não se foca apenas nas atividades, tal como acontecia na *versão francófona*, mas integra iniciativas que se desenvolvem numa lógica de solidariedade sistémica com a Vida. Aqui não se baseia em domínios nem em princípios, mas na relação entre os seguintes pilares: económico, social, cultural, ambiental, territorial, gestão, conhecimento e político. Esta diversidade de interpretações reforça a ideia de que a Economia Solidária, embora atue no mesmo terreno que a

Economia Social, consitui um campo autónomo, dotado de princípios próprios e com maior potencial transformador. Nesta linha, as moedas sociais são um dos exemplos de iniciativas da Economia Social e da Economia Solidária que se apresentam como alternativa às relações de troca de bens e serviços através da moeda oficial. Nesta diversidade de moedas, interessa-nos aprofundar o sistema dos BdT.

2. Moedas sociais: o caso dos Bancos do Tempo

As moedas sociais são instrumentos alternativos de intercâmbio, sendo definidas como sistemas de trocas baseados em unidades de valor, acordadas coletivamente entre membros de uma determinada comunidade ou associação (Laville, 2018). Estas moedas têm um duplo significado: por um lado são meio de troca alternativo com capacidade para gerar melhores condições de vida aos seus utilizadores; por outro, representam uma reinvenção da economia, sustentada em práticas participativas e em valores de responsabilidade social (Soares, 2009).

Apesar da variedade de moedas sociais, a sua natureza flexível permite que cada sistema possa ter as suas regras e formas diferentes. Contudo, existem alguns princípios fundamentais comuns a estas experiências, nomeadamente: i) a democracia participativa; ii) a continuidade das operações de intercâmbio; iii) a confiança no grupo; iv) o carácter de *serviço “público”* da moeda; v) a atividade económica como provedora de bem-estar (Soares, 2009, pp. 255-256).

Além destes princípios, também Jean-Louis Laville (2018) acrescenta outras características das moedas sociais, a saber: são emitidas por um grupo de cidadãos que lhe atribuem um nome; desenvolvem relações interpessoais, valorizando as capacidades locais; estão inscritas numa rede social; e as trocas são multilaterais tecendo um laço entre todos os membros (Laville, 2018, p. 147). A existência destas moedas não é um fenómeno recente. Ao longo da história têm sido implementados múltiplos sistemas de moedas locais, principalmente durante os períodos de crise económica (Orzi, 2020). Um dos exemplos mais referido é o caso do Wörgl, na Áustria, nos anos 1930, onde a moeda local foi utilizada com sucesso para combater os efeitos da depressão económica (Laville, 2018). Outras experiências relevantes surgiram no Brasil e em França na década de 1950,

mas é a partir dos anos 80 que começa a existir uma expansão global do fenómeno com o aparecimento de sistemas como os *Local Exchange Trading Systems*, *Sistemas de Trocas Locais*, *Tauschringe* (na Alemanha) e os Bancos do Tempo (*idem*).

A criação dos BdT são geralmente associados a Edgar Cahn que, na década de 1980, concebeu o conceito de *Time Dollar* como forma de valorização da economia informal e comunitária. Apesar de terem surgido outras iniciativas mais cedo, como é exemplo o caso do Japão (Miller, 2008), foi o modelo norte-americano que serviu de catalizador para a difusão global dos BdT (Gregory, 2012).

O BdT é um sistema centrado em trocas solidárias, onde a moeda é o tempo, assumindo a função de promover o encontro entre a oferta e a procura dos serviços disponibilizados pelos seus membros – trocas solidárias e desenvolvimento de redes de apoio mútuo entre a população local. A estrutura organizacional dos BdT compreende dois níveis: o Banco Central e as agências locais. Cada agência tem uma base de membros que acedem a instrumentos: cheques de tempo, saldos e histórico de transações, extratos, crédito, débito, entre outros.

Apesar de alguns autores designarem os BdT de *camaleónicos*, Boyle e Bird (2014) sistematizam as suas principais características:

- “Uma hora de ajuda dada a outras pessoas rende uma hora de tempo.
- Esses créditos de tempo são depositados no BdT.
- As pessoas podem usar os seus créditos de tempo do BdT e gastá-los numa variedade de serviços (habilidades e oportunidades) oferecidos por outros participantes.
- A contribuição de todos é bem-vinda e todas as habilidades são avaliadas igualmente - uma hora gasta em uma atividade é um crédito de hora, independentemente do tipo de tarefa.
- Os detalhes de todas as habilidades, necessidades, disponibilidades e gostos são mantidos em sigilo no software do BdT.
- Quando precisam de uma tarefa, os participantes entram em contato com o coordenador do banco de tempo, que atua como intermediário e procura o participante adequado para realizar a tarefa.
- O programa de computador regista cada transação realizada entre os participantes e envia informações periódicas sobre o movimento da conta”

(Boyle & Bird, 2014, p. 13, tradução nossa)

A partir destas características é possível agrupá-las em três ideias: i) o tempo tem todo o mesmo valor, independentemente do serviço que se procura/ofrece; ii) o BdT tem um programa que lhe permite gerir toda a informação dos seus membros; iii) o coordenador da agência, assume um papel importante de mediação entre a oferta/procura dos serviços.

Num estudo realizado por David Boyle (2014), para além de focar algumas das características acima referidas, ele salienta que muitos dos BdT estão frequentemente inseridos em instituições de caridade ou serviços públicos locais com o objetivo de envolver populações de acesso difícil e que tendem a ser financiados por dinheiro público ou por meio de serviços públicos (Boyle, 2014, pp. 17-18). Esta situação poderá influenciar a sustentabilidade e o grau de autonomia dos BdT.

Já Gregory (2012) identifica seis objetivos estratégicos subjacentes à criação e manutenção dos BdT: i) reconhecer as pessoas como ativos e que todos têm habilidades para partilhar; ii) redefinir o trabalho para incluir a economia não remunerada do trabalho no bairro e na comunidade; iii) sustentar-se na reciprocidade e na troca em vez da dependência; iv) aumentar o capital social; v) encorajar a aprendizagem e a partilha de habilidades; vi) envolver as pessoas na tomada de decisões. Estes objetivos espelham uma abordagem centrada nas pessoas e nas suas capacidades para a ação, valorizando uma cultura de solidariedade e reciprocidade, bem como o seu envolvimento na tomada de decisão.

Apesar de existirem os mesmos princípios básicos, os BdT variam em termos das suas origens, do seu funcionamento, do seu propósito (Seyfang, 2006 citado por Valor & Papaoikonomou, 2016, p. 3) e dos objetivos pelos quais foram criados - político, económico e social (Miller, 2008). É neste sentido, que pretendemos apresentar, no ponto seguinte, como é desenvolvida esta experiência em alguns países.

3. Os Bancos do Tempo: uma iniciativa *camaleónica*

Neste ponto partimos do pressuposto de que os BdT constituem uma iniciativa *camaleónica*. Embora existam princípios e alguns objetivos comuns entre os BdT, a sua implementação assume características distintas consoante o coentexto sociopolítico, os atores envolvidos e os objetivos que

orientam a sua ação. Esta variabilidade foi amplamente documentada em investigações realizadas em diversos países, revelando a plasticidade e a adaptabilidade dos BdT às realidades locais.

No estudo de David Boyle (2014), centrado no Reino Unido, sobre os BdT os dados evidenciam que:

i) o perfil socioprofissional dos membros do BdT é diferente das pessoas que participam em iniciativas de voluntariado tradicional; ii) os BdT atraem um número elevadíssimo de membros de grupos socialmente excluídos, podendo ser um nicho dentro ou vinculado aos serviços públicos; iii) os BdT também podem ajudar a aumentar a empregabilidade, mesmo que o emprego não seja o principal motivo; iv) muitos estudos demonstram que o envolvimento no BdT pode levar a melhorias no bem-estar e saúde mental dos seus membros pelo facto de serem criadas redes sociais, reduzindo o isolamento social dessas pessoas (Boyle, 2014, pp.18-19).

Também os estudos de Seyfang (2003) e Valor e Papaoikonomou (2016) corroboram os estudos de Boyle (2014) ao identificarem os BdT como uma ferramenta de inclusão social (promovida entre desempregados e outras pessoas que se encontram em situação de exclusão).

Ainda no estudo de David Boyle (2014), ele realizou 10 estudos de caso sobre várias iniciativas do BdT e de algumas outras moedas sociais em vários países. As experiências observadas variavam amplamente quanto aos objetivos (suporte mútuo, recuperação de desastres, suporte mútuo e saúde, suporte mútuo e recuperação da economia, etc.) e de *stakeholders* (mulheres, comunidade local, pacientes e vizinhos, entre outros) (para saber mais consultar p. 37). Os estudos de caso permitiram evidenciar cinco conclusões principais: i) os BdT e as moedas complementares são um fenómeno crescente em número e em variedade; ii) os BdT têm potencial para melhorar o bem-estar e a saúde mental; iii) aumentam a eficácia dos serviços públicos e promovem o empreendedorismo e empreendimentos autónomos; iv) revelam-se eficazes na construção de redes de apoio para populações vulneráveis (pessoas idosas, pessoas com problemas de saúde mental, imigrantes); v) a elevada participação feminina na dinamização e usufruto dos BdT representa uma oportunidade da sua participação na esfera pública (Boyle, 2014).

O estudo também identifica alguns desafios significativos à sustentabilidade dos BdT. Por um lado, a sua autonomia institucional pode limitar a capacidade de resposta e continuidade, uma vez que

dependem quase exclusivamente do compromisso dos seus membros. Por outro lado, muitos técnicos das instituições públicas ainda não reconhecem plenamente o potencial dos BdT para dinamizar as comunidades locais e promover processos de inovação social (Boyle, 2014, p. 53).

Também nos Estados Unidos os BdT têm estado tradicionalmente associados aos desempregados e a outras pessoas que se encontram em situação de exclusão (assumindo aqui os idosos um papel central), sendo concebidos como instrumentos de inclusão social e promoção da igualdade (Valor & Papaoikonomou, 2016). De forma semelhante, no Japão, os primeiros BdT estavam direcionados à participação e apoio às pessoas mais velhas aposentadas de modo a responder aos desafios do envelhecimento e da solidão (Boyle, 2014). Noutros contextos, como o Canadá (nomeadamente no Québec) e França, os BdT foram criados para combater a exclusão social e a pobreza. Apesar de estes BdT terem propósitos sociais, eles não são limitados à inclusão social, mas podem fortalecer o capital social e a dinamização comunitária (Valor & Papaoikonomou, 2016).

Em Itália e Espanha, e partindo de quem assume o papel de promotor, foi identificado um número largo de BdT, que emergiram do movimento feminista, para promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional com o objetivo de criar capital social e redes de assistência e apoio para os mais velhos (Miller, 2008). No estudo realizado por Carmen Valor e Eleni Papaoikonomou (2016), centrado no contexto espanhol, as autoras identificam que: i) a organização dos BdT está sustentada em três dimensões (tipo de promotor, organização e funcionamento e meios de comunicação); ii) os BdT têm uma dimensão social muito forte porque estão orientados para a criação do capital social e para melhorar as redes de vizinhança; iii) são utilizados para cobrir parcialmente algumas necessidades específicas, não sendo esta a atividade principal; iv) muitos membros oferecem serviços, mas não os solicitam, o que viola a noção de reciprocidade. Neste caso os BdT passam a ser espaços de voluntariado guiado por motivos altruístas (Valor & Papaoikonomou, 2016, p.12).

Em suma, os estudos realizados sobre o BdT nos diferentes países evidenciam a heterogeneidade dos BdT. Embora partilhem princípios estruturantes - como a valorização do tempo, a reciprocidade e a solidariedade -, os BdT são moldados por múltiplas variáveis locais, como o contexto institucional, os objetivos programáticos, os públicos-alvo e os mecanismos de financiamento. Esta diversidade

confere a esta iniciativa flexibilidade e capacidade de adaptação às necessidades específicas de cada comunidade. A análise à experiência dos BdT em Portugal será realizada no ponto seguinte.

4. O Banco do Tempo em Portugal

Neste ponto iremos apresentar a experiência do BdT em Portugal focando, primeiramente, a sua origem, os seus princípios e a sua organização. Posteriormente, apresentamos alguns dados de investigações realizadas sobre os BdT portugueses.

4.1. Origem, princípios e organização

O BdT foi uma iniciativa trazida para Portugal através da associação Graal, uma organização pertencente ao movimento internacional de mulheres (de inspiração católica cristã). Esta associação tem como missão “construir uma cultura de cuidado” tendo em vista o futuro e a qualidade de vida da humanidade” (Graal, 2015, p.13). A partir de 2000, o Graal começou o processo de implementação dos BdT, tendo sido criadas as primeiras agências em 2002. Inicialmente, esta iniciativa teve o apoio de Maria Belém Roseira, a então ministra da igualdade, que reconheceu o BdT “como um serviço à Conciliação Trabalho/Família no quadro da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)”, tendo estado mencionado no orçamento do Estado (Graal, 2015, p.12) e que foi suspenso com os primeiros sinais da crise.

A filosofia do BdT português assenta num conjunto de princípios fundamentais, enunciados nos documentos orientadores do projeto:

- “. Troca-se tempo por tempo: a unidade de valor e de troca é a hora;
- . Todas as horas têm o mesmo valor: não há serviços mais valiosos do que outros;
- . Há obrigatoriedade de intercâmbio: todos os membros têm de dar e receber tempo;
- . A troca não é direta: o tempo prestado por um membro é-lhe retribuído por qualquer outro membro;

. A troca assenta na boa vontade e na lógica das relações de “boa vizinhança”: os serviços prestados correspondem a atividades que se realizam com gosto e, para as realizar, não podem exigir-se aos membros certificados ou habilitações profissionais” (Graal, 2015, p.6).

Estes princípios evidenciam a igualdade, a confiança e a valorização das competências informais, promovendo uma cultura de solidariedade baseada na reciprocidade e no sentido comunitário. Os objetivos do BdT português são:

- Apoiar a família e a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar através da oferta de soluções práticas da organização da vida quotidiana;
- Construir uma cultura de solidariedade e promover o sentido de comunidade, o encontro de pessoas que convivem nos mesmos espaços, a colaboração entre gerações e a construção de relações sociais mais humanas;
- Valorizar o tempo e o cuidado dos outros, estimular os talentos e promover o reconhecimento das capacidades de cada um;
- Promover a cooperação entre várias entidades públicas e privadas.

(Graal, s/d -*Folheto Banco do Tempo*).

Estes objetivos estão fortemente alinhados com algumas linhas de intervenção do Graal, o que evidencia que os princípios dos BdT variam consoante o tipo de instituição promotora.

A estrutura organizacional do BdT português está organizado em dois níveis: o Banco Central (sede) e as agências (Figura 1).

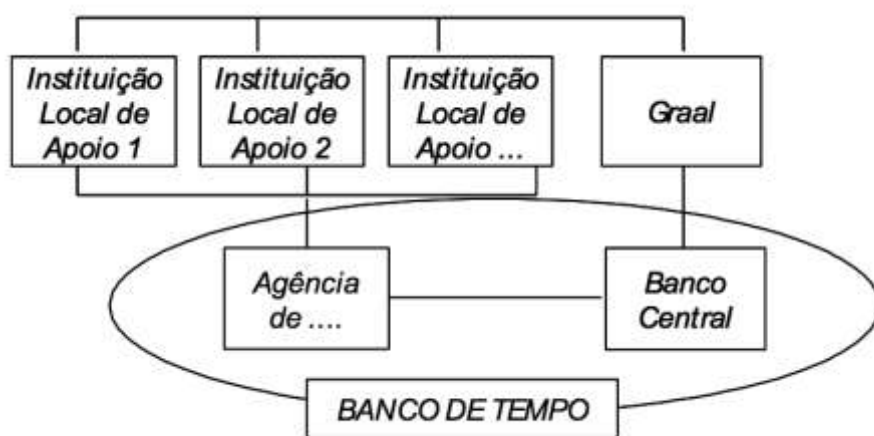


Figura 1. Organização do BdT em Portugal

Fonte: Regulamento do Banco do Tempo (art. 17.º, p. 4)

De acordo com este modelo, o Graal assume as funções de Banco Central, sendo o responsável pela promoção, regulação e monitorização da iniciativa a nível nacional. As agências locais, constituídas com base em parcerias entre o Graal e as instituições locais (autarquias, associações, fundações, escolas, IPSS, órgãos de comunicação social, entre outras), são a base do BdT em cada um dos territórios.

O Banco Central, para além de promover a iniciativa a nível central (divulgação, apoio e criação de novas agências), é também responsável por: avaliar e monitorizar o funcionamento das agências; assegurar a formação inicial e contínua dos dinamizadores; assegurar a identidade nacional dos BdT; disponibilizar instrumentos reguladores e operativos; e organizar encontros nacionais e internacionais do BdT (Regulamento do Banco do Tempo, art.18.º, p.4). Para garantir esta experiência nos últimos anos, o Graal tem recorrido a vários programas de apoio a projetos sociais. Relativamente às agências locais, estas têm como finalidade promover atividades necessárias ao bom funcionamento do BdT a nível local (Regulamento do Banco do Tempo). As suas funções são: fazer a divulgação da iniciativa a nível local; assegurar a gestão da agência (como por exemplo, adesão de novos membros, facilitar o encontro entre oferta e procura de tempo, assegurar o registo dos

movimentos de conta, etc.); realizar encontros entre membros; colaborar na promoção do sentido de pertença à rede BdT; participar nas ações de formação, acompanhamento e avaliação pelo Banco Central (Regulamento do Banco do Tempo, art.19.º, p. 5). Para além disso, as agências também têm a possibilidade de “cooperar pontualmente com outras entidades em iniciativas de carácter social e cultural” e os seus membros, como grupo, “podem envolver-se na organização de atividades na comunidade em que se inserem” (Regulamento do Banco do Tempo, art.20.º, p.5). Apesar de existir este regulamento, e das agências terem os mesmos princípios, cada uma tem autonomia para tomar decisões em determinadas áreas (definição dos seus públicos e limites territoriais; definição dos recursos humanos; estratégias de intervenção e comunicação; horários, periodicidade e formato dos Encontros dos Membros, etc.), originando a que cada uma das agências seja única (Graal, 2015).

4.2. Alguns estudos sobre o BdT em Portugal

Apesar de a produção científica sobre BdT em Portugal ser ainda relativamente limitada, têm vindo a emergir investigações relevantes que analisam esta iniciativa sob diferentes perspetivas. Nesta secção, destacam-se dois estudos particularmente significativos: o trabalho de Lima e Oliveira (2015) e a investigação promovida pelo Graal (2015) a partir da sua experiência como entidade coordenadora nacional da rede de BdT¹.

No primeiro estudo, Lima e Oliveira (2015), analisam o uso do tempo como ato de ação moral num contexto de crise social e várias práticas de voluntariado à luz dos conceitos de dádiva e reciprocidade. Uma das iniciativas analisadas foi o BdT, mais precisamente a agência do BdT de Évora. A partir da análise documental e de uma entrevista à sua mentora, as autoras evidenciam que

¹ Esta publicação foi resultado de um trabalho desenvolvido no âmbito do projeto “Banco de Tempo Ativo. Reforçando redes sociais comunitárias” promovido pelo Graal e em parceria com o CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social (financiado pelo programa Cidadania Ativa) – em que foram realizadas 22 entrevistas às equipas dinamizadoras do BdT. Porém, temos presente que o facto do estudo ter sido desenvolvido pelo Graal, a entidade responsável pelos BdT em Portugal, os dados recolhidos terão um objetivo diferente que uma investigação de outra natureza.

o estímulo inicial para a criação da agência esteve relacionado com a necessidade de se restituir as relações de vizinhança e a sua ação está sustentada em princípios ativos de solidariedade e de confiança. Também identificaram que esta agência é dinamizadora de relações interinstitucionais, tendo parcerias com várias entidades do território - o município, juntas de freguesia, Centro de Saúde, Universidade de Évora, escolas. Um dos exemplos destas parceiras é o projeto “Laços para a Vida – Casa & Companhia” em que jovens estudantes vão morar na casa de idosos¹. Outra ação desenvolvida por esta agência está relacionada com uma parceria com as escolas da cidade em que visou a criação de *minibancos do tempo* “através dos quais as crianças podem aprender a partilhar e a trocar pequenos serviços escolares entre si e a confiar na ajuda dos outros para resolver problemas” (Lima & Oliveira, 2015, p.309). As autoras concluíram que as redes que trabalham com esta agência do BdT são múltiplas e variadas, tendo sido evidenciado que num processo de solidariedade, o valor da dádiva e do tempo pessoal são “elementos estruturantes da vida social e assumem um papel central nos processos de reprodução social” (*idem*). Também apontam que a reciprocidade patente nas trocas realizadas nesta agência está sustentada mais na obrigatoriedade e em processos mentais assentes em retóricas salvacionistas (salvação de si próprio)² do que na ajuda voluntária assente numa relação de dádiva (Lima & Oliveira, 2015).

No segundo estudo, a investigação conduzida pelo Graal (2015), teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a rede nacional de BdT, com base na análise de documentos institucionais e na realização de entrevistas às equipas dinamizadoras de 22 agências. Entre as principais conclusões, destacam-se as seguintes:

- i) Diversidade de serviços oferecidos - companhia para uma variedade de atividades (médico, espetáculos, caminhar, etc.), pequenos arranjos e serviços (arranjos de canalização, estores, arrancar ervas daninhas, de costura, etc.), cozinhados e outras

¹ Para saber mais consultar <http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/desportojuventude/programas-juventude/Paginas/lacosparaVida.aspx>.

² Estas retóricas influenciam bastante a prática voluntária em Portugal.

atividades (apoio ao estudo, lições para aprender a usar o computador, coser à máquina, etc.). Cada agência também disponibiliza serviços muito específicos (“cantar fados”; aconselhamento de imagem; ajuda para transportar estrume, apanhar fruta) (Graal, 2015, p.7).

- ii) Articulação com o território - as agências do BdT colaboram com as várias entidades locais, sendo muitas vezes promotoras (equipa de coordenação e membros) de iniciativas dirigidas à comunidade (feiras de trocas, feiras solidárias, exposições, cabazes solidários, etc.) (Graal, 2015, p.14).
- iii) Desafios organizacionais e de sustentabilidade - quer a nível nacional, quer local, a gestão dos BdT revela-se exigente, sendo frequentemente limitada por poucos recursos, o que inviabiliza, muitas vezes, a sua continuidade (Graal, 2015, p.15).
- iv) Reforço das redes sociais de apoio - o objetivo mais conseguido pelo BdT é o reforço das redes sociais de apoio que têm permitido diminuir a solidão e promover o sentido de comunidade e vizinhança. Algumas sedes das agências do BdT funcionam como espaços de encontro e convivialidade (Graal, 2015, p.32-33).
- v) Promoção de relações intergeracionais - as atividades desenvolvidas no âmbito do BdT fomentam oportunidades de encontro e colaboração entre pessoas de diferentes proveniências, condições sociais e idades, podendo promover as relações intergeracionais (Graal, 2015, p.32-33).

Os resultados destes dois estudos analisados revelam convergências significativas com os dados recolhidos noutros países. Tal como observado em Espanha, Reino Unido ou Japão, o BdT português favorece a coesão comunitária, estimula a solidariedade local e apresenta um forte potencial educativo, fundamentalmente, quando implementado em contexto escolar ou intergeracional.

Considerações Finais

A análise realizada permite concluir que, à semelhança do que se verificou noutros países, em Portugal o BdT também emergiu de um movimento de matriz feminista (Miller, 2008). Embora em alguns países (p.e. Estados Unidos e Reino Unido) o BdT seja considerado como uma ferramenta de inclusão social (Valor & Papaoikonomou, 2016), no contexto português a intervenção centra-se sobretudo na construção de redes de apoio e na cooperação com as várias entidades do território (Jean-Louis Laville, 2018). Outro aspeto identitário do BdT português está relacionado com a promoção de atividades ou projetos que fomentam as relações intergeracionais. Tal como acontece em Espanha (Valor & Papaoikonomou, 2016), também o BdT em Portugal tem uma dimensão social muito forte. Por fim, é de destacar que a heterogeneidade das experiências analisadas evidenciam o carácter multifacetado dos BdT.

Referências

- Amaro, R.R. (2010). A Economia Solidária da Macaronésia – Um novo conceito. *Revista da Economia Solidária*, 1, 11-30.
- Boyle, D. (2014). *The potential of Time Banks to support Social Inclusion and Employability*. JCR Scientific and Policy Reports.
- Caeiro, J.M.C. (2008). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologias. *Revista Katálysis*, v.11, 1, 61-72.
- Defourny, J. (2009). Economia Social. In A.D. Cattani, J.-L. Laville, L.I. Gaiger, & P. Hespanha. *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp.156-161). Edições Almedina.
- Estivill, J. (2010). Navegando por los Mares de la Economía Social y Solidaria. Existe um Rumbo Mediterráneo?. *Revista da Economia Solidária*, 1, 71-88.
- Estivill, J. (2017). Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra – I Parte. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, 19 – 45.
- Filho, G.C.F. (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras concetuais, *Bahia Análise & Dados*, v.12, n.º 1, 9-19.
- Garrido, Á., & Pereira, D. (2018). *A Economia Social em Movimento – Uma história das organizações*. Edições tinta-da-china.
- Graal (s/d). *Folheto Banco do Tempo*. Graal.

- Graal (2015). *A experiência do Banco do Tempo em Portugal: tecendo sentidos e mudanças*. Graal.
- Hespanha, P. (2018). A economia solidária em Portugal: algumas questões e desafios. *Le Monde Diplomatique* (agosto), 12-14.
- Laville, J.-L. (2018). A Economia Social e Solidária. Práticas, teorias e debates. Edições Almedina.
- Lima, A. P., & Oliveira, F.M.R. (2015). O valor do Tempo. Dádiva e Voluntariado em Portugal em tempos de Crise. *INTERSEÇÕES*, v.17, 2, 300-326.
- Namorado, R. (2017). O que é a Economia Social, *Economia Social em Textos*, n.º 1, Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social, 1-31.
- Orzi, R. (2020). *Monedas para la transformación social. Um caso de estudio*. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires.
- Seyfang, G. (2003). Growing Cohesive Communities one Favour at a Time: Social Exclusion, Active Citizenship and time Banks. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 27, 3, 699-706.
- Sousa, C.L.B. (2009). Moeda Social. In A.D. Cattani, J.-L. Laville, L.I. Gaiger, & P. Hespanha. *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 255-259). Edições Almedina.
- Valor, C., & Papaoikonomou, E. (2016). Time banking in Spain. Exploring their structure, management and users' profile. *Revista Internacional de Sociologia*, 74 (1), 1-13. Doi: <http://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.1.028>

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Gama, Ana (2025), **TECER TEMPO, TECER COMUNIDADE: REFLEXÕES SOBRE OS BANCOS DO TEMPO**, En: <http://quadersanimacio.net> n° 42, Julio 2025; ISSN: 1698-4404